

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

"PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM EDUCAÇÃO"

R E L A T Ó R I O

CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS "PROF. QUEIROZ FILHO"

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM EDUCAÇÃO

- I - INTRODUÇÃO
- II - BREVE HISTÓRICO
- III - ORGANIZAÇÃO ATUAL
- IV - APRECIÇÃO CRÍTICA

ANEXOS

- 1 - Modelo de consulta aos Estados
- 2. Roteiro de Entrevista
- 3. Esquema de Relatório Mensal
- 4. Normas Regimentais

"PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM EDUCAÇÃO"

I - ~~INTRODUÇÃO~~ - A autonomia dos Estados em matéria de ensino é assunto resolvido pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases. Entretanto, essa autonomia não pode ser entendida como simples consequência do regime federativo, mas, antes, e sobretudo como condição preliminar a partir da qual, os Estados deverão buscar, por caminhos próprios, a melhoria dos seus sistemas de ensino. Se não servir a esse objetivo, o princípio da autonomia poderá, inclusive, representar condição de estagnação ou retrocesso. Durante tanto tempo se lutou pela descentralização da competência para organizar e administrar os sistemas locais de ensino, que chegou a parecer, num certo momento, que a sua simples conquista removeria os principais entraves à racionalização e à renovação desses sistemas. Mas, a verdade é que, hoje a grande maioria dos Estados carece de pessoal técnico em número suficiente para que, próximamente, seja possível transformar o princípio da autonomia numa condição de eficiência, pois, não houve por muito tempo, nem motivação nem recursos financeiros para que se cuidasse sistematicamente da formação desses quadros. Diante dessa situação, sobreleva a importância do papel que cabe à União desempenhar no sentido de incentivar e ^{criar} criar condições para que as administrações estaduais capacitem, o mais rapidamente possível, para superar, no setor educacional, os efeitos de um longo período de estagnação. A própria Lei de Diretrizes e Bases definiu essa responsabilidade ao afirmar - que a União dará cooperação aos Estados na forma de subvenção, financiamento e assistência técnica. Entretanto, é preciso que se assegure na forma de prestação dessa cooperação, que nem a União se demita das responsabilidades que legitimamente lhe cabem, nem sufoque, a título de ajuda, o difícil e insubstituível esforço próprio das administrações estaduais na tarefa de emancipação dos sistemas locais de ensino. No tocante ao problema do financiamento e da subvenção, a experiência do Ministério de Educação e Cultura na execução e coordenação do Plano Nacional de Educação poderá criar as bases de uma política de cooperação financeira, ao mesmo tempo disciplinada e disciplinadora. Entretanto, no que se refere à assistência técnica, as dificuldades são maiores, porque haverá, continuamente, a possibilidade de que a cooperação se transforme numa ingerência, anulando na prática os princípios consagrados na legislação.

Com essa preocupação foi elaborado o presente Programa, que em grande parte é fruto da experiência colhida nos anos de 1963 e 1964 durante os quais o Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo executou o "Programa de Assistência Educacional aos Estados do Norte e Nordeste" com o objetivo de colaborar nas atividades de aperfeiçoamento do magistério primário. Na execução desse trabalho evidenciou-se desde logo, a possibilidade de estender a colaboração a outras áreas de atuação das secretarias estaduais; e daí a razão do "PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM EDUCAÇÃO" que objetivou - sobretudo aproveitar aquela possibilidade e lançar as bases de um serviço de cooperação técnica, nos termos em que compete à União executar, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

II - BREVE HISTÓRICO

No ano de 1962 reuniram-se em Brasília os Secretários de Educação dos Estados para assinatura dos convênios dos recursos do Plano de Emergência do Ministério da Educação e Cultura. Na ocasião, o Estado de São Paulo ofereceu parte dos recursos que lhe eram destinados, para os Estados do Norte e Nordeste do país. Esta parcela de recursos deveria ser utilizada pelas administrações daqueles Estados, na solução de um problema urgente com que se defrontassem. Um problema comum a todos os Estados nordestinos e nordestinos e que se enquadrava nos objetivos do Plano de Emergência era o de treinamento do magistério primário leigo. Assim sendo ficou estabelecido que o Estado de São Paulo utilizaria parte dos recursos do Plano de Emergência que lhe cabiam em um programa de assistência técnico-pedagógica aos Estados do Norte e Nordeste, a ser desenvolvido em 1963. Para a realização desse trabalho, a Secretaria de Educação de São Paulo, com a colaboração do Centro Regional de Pesquisas Educacionais "Prof. Queiroz Filho", selecionou e preparou cerca de 70 professores. Para coordenação desse trabalho foi constituída uma Comissão Executiva, que manteve entendimentos prévios com as Secretarias de Educação dos Estados, após o que, foram organizadas as equipes.

Constituídas as equipes com número de elementos quantitativa e qualitativamente aptos a desenvolverem os programas de aperfeiçoamento de professores titulados e treinamento de professores leigos, foram elas colocadas à disposição de nove Estados, a saber, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas.

O desprendimento dos elementos das equipes, a ausência de qualquer reivindicação pessoal, o interesse demonstrado em querer servir, grange ou para as equipes a simpatia das administrações locais, que apressaram-se em enviar expedientes à Coordenação do Programa para que se continuasse a atuação naqueles Estados. Face pois às reiteradas solicitações, iniciaram-se gestões junto ao Ministério da Educação e ao Governo do Estado de São Paulo que possibilitassem a continuação do Programa de Assistência Técnica aos Estados do Norte e Nordeste. Levando em conta essas solicitações, o Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo preparou o plano de continuação do Programa e submeteu-o à consideração do então Ministro da Educação e Cultura, que imediatamente deu-lhe a sua aprovação. Provavelmente contribuiu para essa decisão igual proposta feita ao M.E.C., pelo Governo do Estado de São Paulo, no qual este se prontificava a concorrer financeiramente para a continuação do Programa colocando à disposição dos vários Estados os professores do quadro do Magistério que se fizessem necessários.

Obtida a aprovação do Programa pelo M.E.C. e assegurada a colaboração financeira do Governo do Estado de São Paulo, o Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo deu início às atividades preparatórias para a continuação dos trabalhos. Entretanto, por desistência de vários elementos das equipes que atuaram em 1963, houve necessidade também de diminuir o número de Estados atendidos. Para isso levou-se em conta a situação dos trabalhos em andamento em alguns Estados e que não poderiam sofrer solução de continuidade.

Dessa forma, em 1964 foram atendidos apenas os Estados de Sergipe, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Amazonas e o Território Federal do Amapá. Porém, no decurso desse ano, as equipes, além das atividades de aperfeiçoamento do magistério, foram solicitadas a prestar colaboração em setores não previstos na formulação original do Programa e para as quais nenhum curso preparatório havia sido oferecido aos participantes. Não obstante, as solicitações foram atendidas, valendo-se as equipes para essa colaboração da grande disposição de trabalho dos seus membros e da assistência técnica que lhes foi prestada pela Coordenação. Assim é que além de cursos de aperfeiçoamento e de treinamento para professores convém ressaltar a significação ^{de trabalho}, como os seguintes: no Rio Grande do Norte, a equipe percorreu todo o Estado, realizando, pela primeira vez, levantamento completo das condições materiais e humanas das escolas primárias; esse levantamento serviu de base para a divisão do Estado em regiões escolares e permitiu a criação e instalação de inspetorias regionais, sendo que algumas ficaram sob a responsabilidade dos próprios membros da equipe. Em Sergipe os professores paulistas realizaram verdadeiro trabalho de assessoria ao Secretário de Estado, e entre outras coisas responsabilizaram-se pelo planejamento e execução do 1º concurso de provas para ingresso no magistério primário. No Amapá, onde a administração do ensino ficou afeta à equipe, foi possível, com a assistência contínua da Coordenação, entre outras coisas, estabelecer normas legais para a contratação e remoção de professores, elaborar um regimento interno para os grupos escolares, efetuar levantamento completo do pessoal do ensino e dos prédios escolares do Território e mais importante ainda, organizar e dirigir classes experimentais de alfabetização, onde se demonstrou a possibilidade de reduzir o processo, de três, como era de praxe, para um ano. A significação desse trabalho decorre do fato de que, em quase todo o Norte e Nordeste, existiam as tais classes de "alfabetização inferior", "alfabetização superior" e "primeiro ano", levando-se assim três anos para alfabetizar num país, onde a escolaridade média não chega a dois. É preciso fazer notar ainda, o trabalho pioneiro que foi desenvolvido em todos os Estados, no setor de educação física, onde, além dos cursos, introduziram-se "Jogos Colegiais", "Jogos de Primavera", "Ruas de Recreio" e outros tipos de competições e atividades esportivas.

III - ORGANIZAÇÃO ATUAL

1 - REFORMULAÇÃO DO PROGRAMA: Considerando o seu objetivo inicial - aperfeiçoamento do magistério primário, especialmente a recuperação do professorado leigo - o Programa não representava nada de novo, pois, há muito estava na preocupação do M.E.C. e de entidades como o P.A.B.A.E.E., a difusão de novas técnicas de ensino como meio de aperfeiçoamento do magistério primário. Mas, esses órgãos concentraram seus esforços na concessão de bolsas para elementos locais dos Estados, na esperança legítima, porém irrealística, de que essa medida, por si só, nos seus efeitos multiplicadores, viesse a produzir resultados apreciáveis. Entretanto, mínimo e aleatório foi o aproveitamento efetivo desses ex-bolsistas, não só por falhas no sistema de seleção, como também e, principalmente, pelas dificuldades financeiras, administrativas e políticas que representa para os Estados o aproveitamento de um pessoal - que quando retorna, traz consigo reivindicações de vários tipos, criando, antes que resolvendo, problemas.

Com relação ao Programa, embora não tenha podido realizar integralmente os objetivos de uma política racional de formação e aperfeiçoamento de quadros locais, foi possível, no seu âmbito realizar, a curto prazo, um trabalho há muito necessário e isso porque a Instituição que selecionou e treinou o pessoal, foi a mesma que planejou e coordenou o seu aproveitamento. Não houve, pois, solução de continuidade. E como consequência para os Estados, as equipes de São Paulo apresentaram-se em condições ideais de aproveitamento por que: a) não tinham vinculação com a política local; b) não apresentavam reivindicações financeiras; c) dispunha-se a qualquer trabalho em qualquer lugar - quando se sabe que no Norte e Nordeste a vida no interior representa privação de condições mínimas de conforto. Além desses fatos, convém ainda ressaltar que, um dos fatores que facilitou o trabalho das equipes paulistas foi - que, segundo as instruções, elas se dispuseram a um esforço sistemático de crítica e adaptação das técnicas aprendidas no curso de treinamento, às situações reais de trabalho e formação do professorado local, o que aliás, só é possível no quadro de um programa institucional.

Quanto a outras atividades desenvolvidas pelas equipes de São Paulo, a orientação seguida foi a de nunca recusá-las, apelando para a Coordenação do Programa, quando as solicitações se referissem a trabalhos para os quais não haviam recebido treinamento especial. Dêsse modo, as equipes colaboraram em vários setores, responsabilizando-se por atividades que foram, desde a realização de sindicâncias administrativas até a colaboração na elaboração e execução de planos educacionais.

É preciso ressaltar que:

a) Apesar de todas as falhas que seja possível apontar, os trabalhos desenvolvidos no âmbito do Programa, representaram uma forma inédita de - colaboração para as Secretarias estaduais, que, pela primeira vez, em alguns casos, conseguiram realizar um esforço no campo do aperfeiçoamento e treinamento do magistério;

b) De um modo geral, a presença das equipes paulistas, representou ou possibilitou um esforço de renovação das rotinas de trabalho das secretarias estaduais, tanto no que se refere à atuação junto ao professorado, como nas demais áreas de trabalho;

c) O desenvolvimento do Programa criou condições de atuação - junto às Secretarias estaduais, que jamais foram obtidas por qualquer órgão federal. As Secretarias que inicialmente receberam o Programa com reservas, mostravam-se inteiramente receptivas a uma ampliação considerável da colaboração a ser recebida. Esse fato, de grande relevância, permitiria a curto prazo e sem qualquer caráter de intromissão, um trabalho sistemático no sentido de renovação e de racionalização das estruturas administrativas e das rotinas de trabalho das secretarias estaduais.

As possibilidades abertas pelo Programa, somente poderiam ser efetivamente aproveitadas, se o mesmo sofresse reformulação que lhe ampliasse os objetivos e lhe tirasse o caráter assistencial, para transformá-lo num serviço permanente de colaboração e assessoria junto às secretarias estaduais.

Asseguradas as condições para a necessária reformulação, isto é, a autorização para que se efetuasse um levantamento das necessidades de pessoal de cada secretaria, aprovação de um programa de seleção, contratação, treinamento e distribuição de pessoal pelos Estados e coordenação dos trabalhos a serem desenvolvidos, foi essa reformulação efetuada a partir de 1965.

2 - ATUAL ESTRUTURA

a) Objetivos: O objetivo do Programa é o de fornecer colaboração às administrações estaduais nos seus esforços de melhoria do ensino e aperfeiçoamento dos serviços de educação. Essa colaboração se dá, principalmente na forma de assistência técnica e de realização de estudos e levantamentos com vistas à elaboração e execução de planos estaduais de educação.

b) Justificativa: Na sua concepção e na forma de seu desenvolvimento, o Programa representa uma das dimensões básicas do esforço sistemático que vem sendo realizado pelo M.E.C. no âmbito das suas atribuições, no sentido de dar à ação federal, no campo da educação, o caráter que lhe fixou a Lei de Diretrizes e Bases. Dessa forma, o Programa significa o complemento necessário de uma política de cooperação financeira com as administrações estaduais.

c) Normas para o desenvolvimento do Programa: As normas abaixo resultam, de um lado, da experiência obtida na execução do "Programa de Assistência Educacional aos Estados do Norte e Nordeste", e de outro, da preocupação de assegurar as condições mínimas para que a colaboração se desenvolva disciplinadamente, e sem qualquer caráter de intromissão.

1. A assistência técnica somente é prestada mediante solicitação expressa das administrações estaduais.

2. Têm prioridade no atendimento, as solicitações referentes à colaboração em trabalhos de planejamento ou de implantação de reformas dos serviços de educação.

3. A forma e o ~~vulto~~ da colaboração dependem também de levantamentos e estudos da situação educacional dos Estados.

4. O sub-aproveitamento da assistência técnica prestada pode de terminar a sua suspensão parcial ou total.

5. Durante a sua permanência nos Estados, os técnicos enviados para colaborar no âmbito do Programa, estão subordinados às administrações estaduais.

d) Programação atual:

- Forma de atuação - A assistência técnica é exercida por pessoal técnico colocado à disposição das administrações estaduais, segundo suas próprias solicitações. Durante sua permanência nos Estados, os técnicos enviados ficam subordinados às administrações locais. Essa situação garante aos Estados a ausência de qualquer sentido de ingerência na colaboração oferecida, criando assim condições propícias ao desenvolvimento de uma ação solidária da União e dos Estados no campo do ensino.

- Tipo de assistência prestada - A assistência prestada depende das informações colhidas pelas equipes anteriores e das solicitações recebidas. A relativa ambiguidade de muitas dessas solicitações e a falta de um conhecimento sistemático sobre as deficiências específicas de cada secretaria estadual, indicam a necessidade de que o pessoal técnico a ser enviado aos Estados possa colaborar em atividades diferenciadas. Com essa preocupação foi estabelecido que os técnicos devem ser recrutados de modo a distribuírem-se por uma das seguintes categorias:

- A) Pessoal habilitado a executar as tarefas técnicas e docentes relativas à supervisão e orientação do ensino primário, e a colaborar em atividades administrativas dos serviços de educação.
- B) Pessoal habilitado a executar tarefas técnicas e docentes relativas à administração do ensino primário e médio, e a colaborar em atividades de programação e administração de serviços de educação.
- C) Pessoal habilitado a colaborar no planejamento e na implantação de reformas de órgãos e serviços ou na elaboração e execução de planos estaduais de educação.

Os técnicos pertencentes às categorias "A" e "B" compõem de modo permanente as equipes colocadas à disposição das secretarias estaduais, enquanto que os da categoria "C" são sempre recrutados para serviços especiais e o tempo de sua permanência depende da própria duração das tarefas de sua responsabilidade.

- Região beneficiada - O Programa deverá ampliar-se para atender a todas as Unidades da Federação, especialmente aqueles Estados onde houver maior carência de pessoal qualificado. Atualmente, sua ação se exerce, principalmente, nas regiões Norte e Nordeste.

- Seleção dos participantes - A seleção se faz mediante entrevista e prova, ambas com caráter eliminatório. A Prova consiste na redação pelos candidatos, de comentário sobre trecho referente à educação brasileira. Os candidatos que têm uma realização considerada pelo menos razoável, são convocados para uma entrevista pessoal (roteiro anexo) que fornece os elementos mais importantes para a seleção final.

- Estágio de preparação das equipes - Todos os participantes do Programa de Assistência Técnica em Educação, antigos e novos, realizam por mais de um mês, um estágio preparatório ao desenvolvimento dos trabalhos nos Estados.

Entre outras atividades, desenvolve-se um trabalho sistemático de revisão crítica do que foi realizado nos anos anteriores, Nessa revisão e considerando a colaboração prestada no setor administrativo - tem-se a preocupação de levar os professores a compreenderem que os problemas administrativos com que defrontam os Estados do Norte e Nordeste e talvez a maioria dos Estados brasileiros se vinculam, principalmente, à necessidade premente de se capacitarem, por intermédio de uma modificação de estrutura de órgãos e serviços e de uma renovação de rotinas, a executar as novas tarefas colocadas pelas exigências do planejamento no setor da educação. Somente a partir da compreensão dessa situação é possível o desenvolvimento, por parte dos componentes das equipes, de uma atitude crítica e construtiva que facilite a integração dos trabalhos nos termos visados pelos objetivos do Programa. Tendo em vista a colaboração prestada relativa ao aperfeiçoamento do magistério, todo esforço se desenvolve no sentido de que os participantes do Programa se comprometem da idéia de que a técnica didática é apenas um dos componentes da situação do ensino e de que a melhoria desse ensino, quase sempre, depende menos da introdução de novas técnicas - principalmente daquelas associadas à utilização de um material didático dispendioso - do que da provocação de modificações que representem uma renovação, embora possam eventualmente serem tidas como superadas. O trabalho de preparação é executado através de palestras, seminários, discussões em grupo, em período integral. Os assuntos tratados referem-se à organização e administração do ensino, conceituação de educação primária e secundária, Planejamento Educacional, Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento do Magistério Primário e outros específicos, tais como: Cadastro Escolar, Salário-Educação, Bolsas de Estudo, Conselhos de Educação, Plano Nacional de Educação, Educação de Adultos, 5ª e 6ª séries, Supervisão, etc.

O objetivo principal do estágio é o de preparar cada professor e equipe para as responsabilidades que lhes cabem, de modo que eles se mostrem disponíveis para o exercício de outras atividades - sempre que para isso forem convocados - além daquelas especificamente referentes à sua formação e experiência. Embora esse cuidado tenha se originado da análise do que ocorreu na realização dos anos iniciais do Programa, é interessante assinalar que, a pro-

pósito de problema semelhante, a O.C.D.E. (Organization de Coopération et Développement Économiques) diz no seu relatório anual que: "Mesmo no que diz respeito à ajuda ao ensino, é preciso que a formação dispensada (aos técnicos) seja adaptada às estruturas administrativas correspondentes às necessidades de cada país em vias de desenvolvimento. A esse respeito admite-se que haveria maior vantagem em fornecer um pessoal administrativo e técnico tendo formação geral, antes que um pessoal estreitamente especializado" - (Efforts et Politiques d'Aide au Développement, Examen 1964, O.C.D.E.).

- Composição das equipes - A preocupação principal na composição das equipes é a de permitir flexibilidade no aproveitamento do pessoal pelas administrações locais. Assim sendo, todos os integrantes da equipe são indicados às Secretarias Estaduais, como habilitados a prestar colaboração - em atividades relativas à administração e programação dos serviços de educação e à orientação e supervisão do ensino primário e médio. Tem-se ainda a preocupação de compor as equipes de modo que figurem em tôdas, elementos que se distingam ou por melhor formação ou por experiência mais ampla. Esse critério permite que as equipes atendam, razoavelmente à ampla - e muitas vezes imprevisível - variedade de tarefas que lhes são atribuídas. Na composição das equipes são consideradas ainda, as informações disponíveis sobre a situação de trabalho em cada Estado e as expectativas das administrações locais - quanto ao tipo de colaboração a ser recebida.

- Desenvolvimento do trabalho nos Estados: Após o envio das equipes para os Estados procede-se ao acompanhamento das suas atividades, - por meio do qual é possível assegurar que os resultados dessas atividades surjam conforme os objetivos do Programa. Os principais pontos considerados na organização e execução do acompanhamento e orientação das atividades das equipes nas Unidades da Federação, são os seguintes:

- a) Número reduzido de professores em cada equipe:

Em nenhum dos Estados abrangidos pelo Programa, houve atendimento pleno quanto ao número de pessoal solicitado e quase sempre o resultado é a sobrecarga de trabalho - para os elementos das equipes, principalmente para os melhores qualificados.

- b) Variedade de tarefas atribuídas às equipes:

Em geral as solicitações das Secretarias Estaduais, - permitem apenas uma previsão inicial das principais tarefas das equipes em cada Estado. Porque, como é comum na administração pública brasileira, não somente ocorrem contínuas - modificações nos planos de trabalho estabelecidos, como - também, como é o caso especial do Norte e Nordeste, novas perspectivas de atuação são criados num ritmo muito intenso por força de convênios e acordos firmados com órgãos e entidades nacionais e estrangeiras visando à expansão e à melhoria do ensino.

A consideração desses pontos põe em evidência a discrepância entre os objetivos e as possibilidades do Programa, de um lado, e de outro, a efetiva força de trabalho das equipes. Face a essa situação, a diretriz que se impõe para a organização e execução do acompanhamento das atividades das equipes, e a de assegurar, por um amplo e efetivo trabalho de assistência às equipes, que as possibilidades mais fecundas de cooperação com os Estados sejam realmente aproveitadas. Para isso, as seguintes providências são tomadas:

- a) Contrôle do trabalho nos Estados:

Os componentes das equipes encontram-se numa situação - de trabalho bastante peculiar, porque, de um lado, estão colocados à disposição das administrações locais, e de outro, vinculam-se ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos por intermédio do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo, órgão responsável pelo acompanhamento das atividades. Para evitar que dessa dupla subordinação se originem equívocos ou dificuldades, foi elaborado um conjunto de normas especiais (cópia anexa) destinadas, principalmente, a disciplinar as relações das equipes com as Secretarias Estaduais e com os órgãos responsáveis pelo Programa. Além desse propósito disciplinador, as normas instituem também padrões de comunicação das equipes com a Coordenação, visando à obtenção regular de informações sobre o andamento dos trabalhos, e que permitem a organização das atividades de assistência.

- b) Atualização técnica das equipes:

Segundo a orientação estabelecida no estágio preparatório, cada equipe recebe, ao partir, pequena quantidade de livros destinados a compor uma biblioteca mínima para uso durante a permanência nos Estados. A continuação desse fornecimento de livros e de outros materiais informativos, que permitam às equipes manter-se num nível razoável de atualização, representa um dos principais pontos da assistência prestada, mesmo - porque, há no Norte e Nordeste grandes dificuldades de recursos nesse particular.

- c) Realização de estudos especiais:

O desenvolvimento do Programa representa uma oportunidade para realização de levantamentos e estudos sobre aspectos quantitativos e qualitativos da rede escolar dos Estados, - que sirvam como subsídios para trabalhos de planejamento ou de reforma de órgãos e serviços.

Na realização desses estudos poderão ser aproveitados elementos das próprias equipes, em grau variável, segundo sua formação e experiência, embora a maior responsabilidade nesse setor deva ser de pessoal diretamente ligado à Coordenação - do Programa.

- d) Supervisão e assistência direta dos trabalhos:

A existência de uma comunicação regular com os órgãos responsáveis pela execução do Programa, não elimina a necessidade de contatos diretos e periódicos com as equipes nos Estados. A experiência anterior tem mostrado que êsse tipo de contacto - tem um duplo rendimento: permite a rápida superação de eventuais dificuldades e reforça o prestígio das equipes junto às administrações locais. Na programação desses contatos diretos, - dois objetivos são visados: supervisão geral das atividades e assistência especial a tarefas específicas que situem-se além das possibilidades de atuação das equipes.

- Organização de uma equipe técnica para acompanhamento das atividades:

A reformulação do Programa e o conseqüente acréscimo de responsabilidade e de trabalhos no acompanhamento de sua execução, excluíram a possibilidade de que essa tarefa pudesse, com proveito, ser exercida cumulativamente com outras atividades, o que determinou a organização de uma equipe técnica junto à Coordenação do Programa, e cuja principal atribuição é o acompanhamento regular das atividades desenvolvidas nos Estados.

IV - APRECIACÃO CRÍTICA

Um amplo esforço de avaliação crítica do "Programa de Assistência Técnica em Educação" deverá levar em conta, não apenas os resultados obtidos em seu próprio âmbito, como também a comparação desses resultados com aqueles outros obtidos em empreendimentos semelhantes. Entretanto, mesmo sem esse estudo mais amplo, é possível chegar-se a algumas considerações críticas sobre aspectos do desenvolvimento do P.A.T.E. desde seu surgimento em 1963 até hoje, e que permitirão, de certa forma, um ajuizamento da iniciativa. Na verdade, essas considerações já estão contidas em outros trechos deste relatório,^{acinto,} mas é sempre conveniente destacá-las.

1. A dupla subordinação das equipes à administração local e à coordenação do programa - tem assegurado na prática o sentido de assistência sem ingerência que, é básico na concepção do P.A.T.E. Esse ponto, aparentemente irrelevante, e sistematicamente descuidado, inclusive na assistência técnica prestada por agências internacionais, constitui elemento dos mais importantes no balanceamento das atividades do P.A.T.E. Porquê, como já está amplamente estudado, uma das maiores dificuldades, à implantação de efetivos sistemas de assistência técnica, encontra-se nos mecanismos de resistência desenvolvidos pelas comunidades ou países assistidos. De passagem, assinala-se que a França, na assistência técnica prestada às hações que foram suas colônias, mantém o sistema da dupla subordinação.

2. Comumente, as administrações necessitadas de assistência técnica não conseguem estabelecer com precisão, as áreas de atividades em que mais necessitam de ajuda. Essa situação decorre de dois fatores: em primeiro lugar vem a ausência de diagnósticos que permitam a delimitação precisa dos setores em que ocorrem as maiores dificuldades, e em segundo, a incapacidade, praticamente irremovível, de aproveitar plenamente um esforço de assistência técnica altamente especializada. Daí ter-se cuidado na execução do P.A.T.E., de prestar colaboração altamente flexível e com possibilidade de adaptar-se às condições locais, e mais ainda, susceptível de ir-se ajustando às variações exigidas por uma ausência, quase completa, de uma estrutura administrativa com rotinas estabelecidas.

3. Outro ponto a destacar-se na avaliação do P.A.T.E. é quê, a sua importância, decorre menos do volume dos trabalhos desenvolvidos, do que da demonstração prática da viabilidade de um estilo de assistência técnica, inédito na administração educacional brasileira. Pelos pontos anteriormente assinalados, e por outros que se depreendem deste relatório, infere-se facilmente, que o P.A.T.E., nestes anos de seu desenvolvimento estabeleceu coordenadas que possibilitarão ao M.E.C., se devidamente aproveitadas e ampliadas, o exercício pleno de uma das principais atribuições que lhe compete na administração do ensino no Brasil.

Colaboração com outras atividades do M.E.C.

No ano de 1964 foi realizado pelo Ministério da Educação e Cultura o Iº Censo Escolar, iniciativa pioneira no campo da educação brasileira, tendo os elementos das equipes do "Programa de Assistência Técnica em Educação" participado ativamente dos trabalhos nas Unidades da Federação em que estavam sediados, inclusive participando como membros das Comissões Regionais.

No ano de 1965 o Ministério da Educação e Cultura publicou o Anuário Brasileiro de Educação referente ao ano de 1964, tendo o "Programa de Assistência Técnica em Educação" prestado valiosa colaboração, elaborando os roteiros para a coleta dos dados e encarregando-se do levantamento nos seguintes Estados e Territórios do Norte e Nordeste do País: Mato Grosso, Acre, Rondônia, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe.

No ano de 1967 o Ministério da Educação e Cultura procedeu ao levantamento dos dados para o Anuário Brasileiro de Educação referente aos anos de 1965 e 1966 e o "Programa de Assistência Técnica em Educação" vem prestando nesta atividade decidida colaboração. Os elementos integrantes das equipes do Programa foram distribuídos pelos Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará, Rondônia, Amazonas e Acre, e os Territórios do Amapá, Roraima, com a finalidade de coletar os dados junto às autoridades locais.

O "Programa de Assistência Técnica em Educação" representa sempre uma possibilidade de colaboração nas diferentes atividades que o Ministério de Educação e Cultura venha a realizar junto às Unidades da Federação.

As Diretorias do Ministério da Educação

Além de supervisionar a execução do Plano Nacional de Educação, as Diretorias do MEC possuem também alguma função de planejamento, porque são responsáveis, a nosso ver, pelos projetos específicos de assistência técnica e de experimentação educacional.

Tais projetos dizem respeito a:

- i) treinamento básico, treinamento em serviço e treinamento especializado do pessoal docente e de administração educacional;
- ii) projetos-pilôto de educação, que busquem aproveitar os critérios de flexibilidade, correlação e complementação de currículos, permitidos ou recomendados pela Lei de Diretrizes e Bases para experiências educacionais que possam servir de orientação aos Estados, sendo-lhes úteis na organização de seus sistemas escolares;
- iii) projetos de preparação e seleção de equipamento e material didático;
- iv) difusão de informações educacionais;
- v) pesquisas e levantamentos educacionais.

Parece-nos que os itens iii, iv e v seriam funções precípua do INEP, mas, na verdade, não queremos assumir a responsabilidade por possíveis erros, como seja o de uma divisão compartimentada de funções entre as diretorias do MEC. Tudo nos parece indicar que os projetos referidos de i a v, sem exceção, não podem ser produto de nenhuma diretoria específica, para sê-lo de todas.

Um Instituto de Estudos Pedagógicos não pode realizar suas tarefas, sem ter em vista o que fazem ou aspiram fazer as outras Diretorias. Estas, por sua vez, não podem supervisionar, planejar e executar, sem a base sólida das pesquisas e estudos feitos pelo INEP. Daí a necessidade de uma bem organizada coordenação funcional das atividades das diferentes Diretorias, talvez mediante um órgão coordenador que funcione, ao mesmo tempo, junto à Câmara de Planejamento do Conselho Federal de Educação e ao Gabinete do Ministro.

Este tipo de órgão, sem função executiva, espécie de ponte entre o Gabinete do Ministro e o Conselho, ao mesmo tempo que entre os dois e as Diretorias, nas tarefas de planejamento, se explica pelo fato de que a assistência técnica e a experimentação educacional não podem ser coisas soltas e independentes, quer da política de ação do Governo, quer dos planos elaborados pelo Conselho Federal e dos planos estaduais de educação.

Transcrito de : J. Roberto Moreira, Alguns Aspectos do Planejamento e do Financiamento da Educação no Brasil, Rev. Brasil. de Estudos Pedagógicos, nº98 (Abril-junho 1965), p.177).

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM EDUCAÇÃO

Introdução:

O pré-relatório aqui anexo já descreve em linhas gerais o que foi o Programa de Assistência Técnica em Educação (PATE), promovido desde 1962 até 1969 pelo Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo. O presente documento poderá neste ponto apenas complementá-lo em alguns pontos que por falta de dados ou para manter melhor o resumo, ôle tenha omitido. O principal objetivo dêste relatório é entretanto tecer apreciações sobre a atuação do Programa, fazer uma pré-avaliação de seus objetivos, métodos, estrutura e resultados que sirvam de subsídio à elaboração de um novo programa de Assistência Técnica para o INEP.

Nêste sentido iniciamos por enumerar o material de que dispomos para fazer o trabalho.

I - Material disponível

O material referente ao PATE no qual nos baseamos para elaborar os dois documentos-relatórios é constituído de:

- 1) Relatórios mensais dos membros das equipes estaduais, acompanhados de numerosos comprovantes de trabalhos realizados, individualmente ou em grupo, como planos de reformas, projetos de decretos, recortes de jornais comentando trabalhos, etc., nos anos de
- 2) Relatórios anuais da coordenação do PATE em São Paulo nos anos de
- 3) Documentos comprovantes da criação e procedência do PATE - que deverão vir anexos a êste relatório.
- 4) Organização do PATE, nos anos

- 5) Normas e formulários relativos a formação de equipes, coordenação e controle dos trabalhos - 1967-1968.
- 6) Um plano de atuação do PATE referente ao ano 1963 (1º ano) e outro referente ao ano 19 ...
- 7) Um orçamento-resumo para o ano 1969.
- 8) Correspondência (ofícios, cartas, telegramas) do 1963-1969.

De modo geral é irregular e incompleto o acervo de documentos mencionados. Sente-se essencialmente a falta de documentos que apresente a programação dos trabalhos do PATE cada ano (apenas dois planos foram encontrados), e de documentos implicando o orçamento dos programas ou, pelo menos, as suas prestações de contas. Os documentos que se referem ao sistema de coordenação prestada aos Estados (V. documento referente) não expõem claramente todo seu sistema: com que regularidade se fizeram as viagens de inspeção e verificação, por exemplo, e em que casos os membros da equipe poderiam ir a São Paulo receber instruções. Faz alguma falta também os relatórios individuais referentes aos anos 1963-1965 a partir dos quais deveria fazer-se uma avaliação dos relatórios gerais.

Além disso os documentos referentes à organização foram elaborados nos últimos anos do PATE; a experiência anterior é apenas mencionada em um histórico geral realizado pela Coordenação em 1969 (V. anexo).

O material existente fornece entretanto bastante dados para uma avaliação de métodos e objetivos do Programa e estes serão analisados a seguir. A reavaliação dos resultados, entretanto, limitada por relatórios de equipe, só poderá ser razoavelmente completa se se procedesse à:

Observação dos resultados nos locais onde foram realizados os trabalhos (em São Paulo) nos Estados assistidos (ou alguns deles tomados por amostragem), a fim de que

- a) se pudesse discernir modificações ocorridas durante o período de atuação das equipes, e que

b) se pudesse apontar em que medida a atuação das equipes foi responsável por essas modificações. Isso se torna necessário, tendo em vista que as equipes do PATE trabalharam com outras equipes de diferentes origens.

II - Estados assistidos pelo PATE

Para tornar mais fácil a análise e tendo em vista que houve variação na relação dos Estados assistidos cada ano, expomos a seguinte relação:

1963: Sergipe - Alagoas - Paraíba - Ceará - Rio Grande do Norte - Maranhão - Piauí - Pará e

1964:

1965:

1966:

1967:

1968:

III - Objetivos do PATE

Como ocorreu até o momento no campo de educação brasileira onde o planejamento efetivo global e integrado agora apenas engatinha (como o Plano Estratégico trienal), as iniciativas de atuação racionalizada surgem necessariamente isoladas não muito claras embora procurando basear-se na experiência e legislação existentes. O PATE não fez exceção a esse respeito. Quando se tratou de escolher o objetivo para o emprego da verba dis

ponível, escolheu-se um dos itens que, dentro do "Plano Nacional de Educação" e a partir de algumas estatísticas existentes e observações realizadas, se mostrava mais carente de assistência: a formação e aperfeiçoamento de professores. Acontece que outros setores da Educação e mesmo do INEP, igualmente isolados, pensaram da mesma maneira e se multiplicaram as iniciativas nesse campo durante os anos de atuação do PATE. Esse parece foi um dos fatores que levaram a orientação do Programa a, se não desviar, com tudo ampliar seus objetivos. O outro motivo seria a carência enorme, não prevista nos planos, nem na L.D.B. mas perfeitamente compreensível, em que se encontravam as Secretarias de educação estaduais e os sistemas de ensino em material de técnicas administrativa e toda sorte de técnica. Dentro das estruturas que encontraram, as equipes do PATE não viam possibilidade de conseguir eficiência para seus planos de aperfeiçoamento do magistério.

Um terceiro motivo foi, o reforço que deu a L.D.B. a autonomia a classe administrativa e educacional dos Estados tornou difícil a assistência federal de impor seu programa aos Estados. Sua atuação ficou progressivamente dependendo do pedido dos Estados e êsses por incapacidade de discernir suas necessidades dentro de uma escala racional de prioridades, seja porque realmente necessitavam de tudo, seja por outra razão, em geral apelavam para a ajuda no campo do planejamento e da Administração.

O fato é que, como vimos, a partir do ano 1964 o PATE baixou muito o índice de sua assistência no campo docente e os relatórios dos anos seguintes testemunham uma crescente atuação no campo do planejamento educacional, reformas administrativa e do Ensino (V. relatório final dos anos 1967-1969).

Mas tal ampliação não teve o limite desejável. A partir de um objetivo restrito e delimitado que se propunha no início, o PATE duplicou tanto sua atuação que seu objetivo no fim passou a ser qualquer assistência técnica no campo de Educação. Objetivo infinitamente amplo que acabou por dispersar excessivamente a atuação das equipes e levá-las a cometer exces-

tos, como no caso do Anapá, em 1967, quando um dos membros da equipe ocupou vários cargos executivos na administração educacional do Território (V. relatório ...).

Em suma, a imprecisão de objetivos do PATE em seus últimos anos se justifica em parte, com base nas circunstâncias técnicas excessivamente desfavoráveis em que se encontravam os Estados assistidos. Mas não pode ser permissível no âmbito de uma assistência técnica organizada para o futuro.

Provavelmente é devida a essa indefinição de objetivos também a ausência de um planejamento anual cuidadoso da atuação do PATE nos Estados e a ausência (com poucas exceções) de planos escritos no acervo de documentos que examinamos.

IV - Métodos Empregados

O PATE, como vimos escolheu o sistema de treinar equipes de técnicos e enviá-los aos Estados em lugar de trazer pessoal dos Estados para treino em São Paulo. Não foi explicada a razão de tal escolha, mas, em termos de resultados, a medida mostrou-se eficiente no caso dos Estados do Nordeste e Norte que sofrem carência de elementos humanos treináveis neste nível durante período de tempo curto. Por outro lado, o estado de carência tecnológica absoluta da educação nesses Estados e a necessidade de racionalizar as estruturas estaduais para receber os encargos a elas atribuídos pela L.D.B. permitiram uma aceitação mais fácil de elementos estranhos ao sistema e a atuação mais direta de Assistência Técnica prestada pelo PATE.

Acreditamos que em certas estruturas mais evoluídas, como Bahia, e Pernambuco, onde as características são diversas, tais métodos só possam ser aplicáveis em casos muito especiais.

Por outro lado, os conflitos decorrentes do emprego dêsse método do direto foram grandemente abrandados por:

- a) treinamento prévio de pessoal para relacionamento com as Secretarias;
- b) subordinação administrativa do pessoal das equipes ao Secretário de Educação dos Estados.

Essa última medida, que constitui característica específica do PATE - de vez que não é encontrada em outras iniciativas de A.T. - atuou não só como instrumento para melhor aceitação das equipes de A.T. mas facilitou o próprio desenvolvimento do trabalho das equipes de vez que elas preparavam-se de forma a atuar como grupo assessor do Secretário, mais ou menos auto suficiente e capaz de resolver os problemas que surgissem, sem entretanto poder entrar em conflito com essa autoridade, estando sempre em contacto com ela mas sem nenhuma outra ligação hierárquica com o corpo estrutural da Secretaria.

Entretanto, apesar da preocupação de não criar conflitos com as administrações locais, o PATE não pôde evitá-las inteiramente, e isso deixa prever a necessidade de maior aperfeiçoamento do método. Em alguns Estados tais conflitos atrapalharam muito a atuação das equipes (em Alagoas 1963) e chegou a impedi-la totalmente como na Paraíba no ano (1964?).

Contribuiu muito para evitar tais conflitos a resolução do PATE de limitar rigorosamente a sua A.T. a pedidos dos Estados e exigir que estes especificassem as áreas para as quais queriam assistência (V. doc.), e parece que essa medida tende a consolidar-se não só por atender às exigências de autonomia estadual no campo de Educação instituída pela L.D.B. e confirmada pela Reforma Administrativa do Governo Federal, mas porque as administrações estaduais vêm progressivamente se aparelhando, e certamente estarão aptas a melhor saberem de suas necessidades.

Durante a atuação do PATE, entretanto, tal fato ainda não se dava na maioria dos Estados e os pedidos muito frequentemente não correspondiam às maiores necessidades. Para isso contribuía a ausência completa ou

parcial de dados estatísticos razoavelmente fidedignos e de outros recursos técnicos necessários à identificação e equacionamento dos problemas educacionais desses Estados.

Para suprir tais deficiências o PATE fazia anteceder a qualquer trabalho nos Estados um levantamento geral e especialmente do campo para o qual sua assistência fôra requerida. Tal iniciativa, entretanto não solucionou em definitivo o problema. Não só dado o grau extremo de precariedade das estruturas educacionais estaduais e a deficiência numérica de quadros de A.T., mas a impossibilidade de em período de tempo delimitado fazer-se trabalho de levantamento e sistematização de dados que demandaria tempo muito mais estendido. De qualquer forma a experiência do PATE deixou entrever que se identifica nesse aspecto um ponto de estrangulamento à prestação de sua assistência técnica aos Estados que deveria ser examinado com cuidado, no futuro, quando se pensar em fazer um programa de A.T.

Um outro método utilizado pelo PATE em sua atividade de A.T. é a coordenação técnica sediada em São Paulo, composta por técnicos com conhecimentos e experiência comprovados em diversos setores da educação, especialmente planejamento educacional (V. documento sobre a Coordenação) e que atua dentro do Programa:

- 1 - Recrutando e selecionando os membros das equipes segundo instruções e orientações expressas no 1º relatório e anexos (V. anexo referente).
- 2 - Promovendo cursos, seminários e estágios para treinamento das equipes.
- 3 - Orientando essas equipes nos Estados através de relatórios mensais de seus membros, pedidos especiais de ajuda, nos casos em que a equipe não pode solucionar e visitas esporádicas, seja dos membros das equipes a São Paulo, seja dos membros da Coordenação, aos Estados.

Tal método, embora teoricamente pudesse vir a ser correto, nem sempre funcionou bem na prática, sendo os motivos mais prováveis:

- a) insuficiência de quadros na Coordenação para as visitas aos Estados;
- b) insuficiência de recursos financeiros que patrocinasse viagens periódicas mais frequentes e melhor remuneração para os técnicos;
- c) problemas da organização das equipes nos Estados;
- d) improvisação da organização geral do Programa.

Resta finalmente mencionar o caráter eclético da formação dos membros das equipes, ou melhor a não especialização dos mesmos, que se baseia teoricamente na orientação da organização internacional OCDE. Tal orientação nos parece adequada, tendo em vista a situação dos Estados assig-tidos e o tipo de Assistência Técnica prestada.

Notamos que o PATE sofreu através do período de sua atuação uma evolução também nos seus métodos, especialmente na composição das equi-pens, e em seu funcionamento. Somente a partir de 1964, elas foram obriga-das a reunirem-se uma vez por semana. A partir daí é que se estabeleceu que seus membros seriam conhecedores de problemas e soluções em campos va-riados de Educação e que as visitas aos Estados seriam em período aproxima-do de dois meses. As regras de seleção das equipes e os formulários de controle de situação de seus membros, assim como os formulários para sonda-gem da situação dos Estados (V. anexos) datam de 1966-1967.

Isso faz crer que todos esses métodos não foram utilizados des-de o início do Programa mas foram surgindo e se aperfeiçoando durante sua atuação.

V - Estrutura e Organização do PATE

Essa estrutura, já explicada no primeiro relatório é necessariamente flexível tendo em vista a natureza do trabalho a ser realizado mas, da forma que funcionou a Coordenação atuou mais como uma supervisão geral em alguns casos, e grupo assessor das equipes nos Estados do que mesmo como Coordenação contínua.

VI - Atuação das Equipes nos Estados

Para essa apreciação comparativa foram analisadas as equipes de 1963 em Alagoas, Anapó e Rio Grande do Norte, de 1965, em Sergipe e Paraíba; de 1966 em

O material de que dispomos não nos fornece meios de avaliar a atuação das equipes nos diferentes Estados nos anos 1963 e 1964.

VII - Coordenação de PATE com outros programas

Embora não tenha sido previsto no nível do planejamento uma coordenação geral de todas as atividades de A.T. do governo federal o PATE procurou colaborar com as demais iniciativas na medida em que:

- a) procurou complementar trabalhos iniciados por outras entidades (cursos iniciados pelo D.N.E. ou D.A.T., planos de reformas iniciados por técnicos regionais, etc.);
- b) procurou trabalhar com outras equipes em trabalhos nos Estados;
- c) procurou escolher seus objetivos dentro dos objetivos do P.N.E., de Reforma Administrativa e do Ensino;
- d) limitou sua atuação aos pedidos feitos pelos Estados e às matérias por estes indicadas.

Conclusão

De modo geral a atuação do PATE parece oferecer resultados com pensadores mormente se levarmos em conta as circunstâncias de empirismo improvisado em que se criou: uma verba destinada a São Paulo pelo governo federal, e que o governo estadual resolveu doar ao desenvolvimento de Estados nordestinos e do norte; e da precariedade dos recursos financeiros disponíveis (100 mil cruzeiros novos em 1962 e 117 mil em 1968).

Embora não tenhamos podido medir seus benefícios até o último recurso, pois não verificamos nos Estados os resultados de sua atuação, cremos poder detectar em resumo os seguintes pontos positivos na atuação do PATE no campo de A.T.:

- 1 - A continuidade dos trabalhos das equipes durante os anos 1963-1968. Ex.: em Alagoas os trabalhos de elaboração e implantação de foi feita substancialmente pelo PATE nos anos 1966 e 1967.

- 2 - O esforço de coordenar seus trabalhos com os de outras equipes de A.T. atuantes nos Estados.
- 3 - O esforço no sentido de não criar conflitos com as administrações regionais.
- 4 - A possibilidade de oferecer a cada momento aos Estados, assistência técnica em qualquer setor da Educação.
- 5 - O esforço de se familiarizar os técnicos assistentes com a realidade dos Estados (V. programa de treinamento dos técnicos).

Não foi, entretanto, o PATE um programa global de A.T., não pretendeu liderar todos os demais programas do Governo Federal, agiu apenas parcialmente dentro de suas limitações.

Histórico do CROSE

Fundamentando-se na Constituição de 1946 - que assegurava a organização de sistemas estaduais autônomos -; na Lei de Diretrizes e Bases da Educação que coloca a planificação como necessidade inarredável; na Conferência de Educação de Brasília (1965) que recomendava a tomada de posição das autoridades federais e estaduais, em relação ao planejamento de educação; e considerando a acentuada deficiência dos quadros estaduais para essas funções, propôs-se o INEP a promover em todo o país a realização sistemática dos Colóquios.

Dai a origem dos CROSE (Colóquios Regionais de Organização dos Sistemas de Ensino), destinados essencialmente "ao adestramento imediato do pessoal que já se encontra em serviço, em funções administrativas, técnicas e normativas para o desempenho dessas novas atribuições."

O método de trabalho dos Colóquios seria o da discussão sob a forma de seminários, com os responsáveis pela administração do sistema de ensino, realizando-se tais Colóquios, no decurso de um ano, à razão de um seminário por mês. Para tanto, o País dividir-se-ia em quatro ou cinco regiões, havendo em cada região uma série completa de Seminários.

Para a realização desses Colóquios contaria o INEP com a colaboração da UNESCO que se propôs fornecer a assistência técnica que lhe fosse solicitada tendo o Senhor Robert Davée, perito daquele organismo, sido ~~designado~~ ^{encarregado de} elaborar um anteprojeto de organização de trabalho, à base de esquema apresentado pela diretoria do INEP.

Os CROSE contaram, inicialmente, com a colaboração dos peritos da UNESCO, Senhores Michel Debrun, Jacques Torfs e Pierre Furter, e, nos termos do anteprojeto preparado, deveria o INEP designar três técnicos brasileiros do mais alto nível profissional para que todos, em conjunto, promovessem a realização dos Colóquios, tomando todas as iniciativas necessárias.

Essas, entre outras, eram as considerações iniciais feitas ao Exm^o. Sr. Ministro da Educação, Dr. Pedro Aleixo, pelo então diretor do INEP, Dr. Carlos Pasquale, como se poderá ler no documento nº 1, que segue em anexo.

ANEXO

No Memorando nº 1 (CROSE) poder-se-á tomar conhecimento das pessoas que integram a parte brasileira da equipe, a saber: Prof. Durmeval Trigueiro Mendes, Coordenador; Prof. Paulo de Almeida Campos e Profª Eulina Fontoura de Carvalho.

Delineado, porém, o programa dos CROSE, já no ofício de 8-3-67, dirigido ao Dr. Carlos Correa Mascaro, novo diretor do INEP, o Professor Durmeval Trigueiro, à vista dos contatos já realizados com os dirigentes estaduais propunha a mudança dos referidos CROSE para CEOSE, ou melhor, Colóquios Estaduais de Organização dos Sistemas de Educação. (ANEXO 2)

Essa foi a conclusão a que chegaram os peritos da UNESCO componentes da equipe dos CROSE, observando que os Colóquios ^{de fórum regionais} teriam pouca probabilidade de êxito devido a várias causas, conforme ~~mas~~ expressa o Prof. Debrun em relatório enviado ao Prof. Durmeval Trigueiro em 9 de abril de 1968. (ANEXO 3)

Os CEOSE tiveram início na Paraíba, estendendo-se a outros Estados, na seguinte ordem:

1. Paraíba, março de 1967
2. Paraná, maio de 1967
3. Santa Catarina, julho de 1967
4. Rio Grande do Sul, julho de 1967
5. Alagoas, dezembro de 1967
6. Maranhão, março de 1968
7. Piauí, abril de 1968
8. Rio Grande do Norte, maio de 1968.

Êsses Colóquios deram origem a relatórios críticos sobre o Sistema de Educação, o Planejamento Educacional, a estrutura das Secretarias de Educação de alguns Estados, a saber: Paraíba, Santa Catarina, Sergipe e Paraná. Por êstes documentos tem-se a perspectiva do que foi a atuação dos CEOSE, do que realizaram.

A par dos Colóquios, os integrantes da equipe, principalmente os especialistas da UNESCO, desenvolviam atividades de Assessoria técnica junto a outros organismos governamentais e universidades, conforme se poderá observar nos relatórios apresentados pelos professores Debrun e Torfs. É que, além da assistência técnica, os peritos da UNESCO tinham outros encargos, conforme bem o expressa o Sr. John M. Howe, Chefe da Missão da UNESCO no Brasil, em carta ao Dr. Carlos Mascaro em 10-10-1966 (ANEXO 4), quando da criação dos CROSE. Outrossim, a referida carta deixa claro o relacio-

namento dos técnicos da UNESCO com o coordenador da equipe dos GROSE e sua autonomia de ação junto aos demais órgãos e instituições brasileiras - o que lhes dava uma posição "sui generis" na equipe de assistência técnica do INEP.

Os GROSE tiveram atuação ininterrupta em alguns Estados, até maio de 1968. Retirando-se, porém, dois dos peritos da UNESCO (Michel Debrun em , e Jacques Torfs em 1968) a equipe de certa forma diminuiu, ou mesmo interrompeu as atividades dos GROSE propriamente ditas. Aliás, o documento "Subsídios para o Relatório sobre as Atividades dos GROSE", enumerando as atividades realizadas, e que seriam realizadas, programa, em seu último item, a reestruturação da equipe. (anexo 5)

Antes da extinção dos GROSE, num dos últimos ofícios do Dr. Durmeval Trigueiro, ao Dr. Guido Ivan de Carvalho, diretor do INEP à época, apresenta-lhe o planejamento de trabalho da equipe para 1969, conforme o documento 6, em anexo, junto (ANEXO 4) (a história 12332)

Em Portaria de 25 de novembro de 1968, o diretor do INEP, Sr. Dr. Guido Ivan de Carvalho, usando de suas atribuições, dispõe sobre a extinção dos GROSE, a partir de 1º de janeiro de 1969. (anexo 4B)

Diva de Moura Diniz Costa

Newton de Araújo Queiroz

Maria Yvonne Atalécio de Araújo (relatora)

Rio, Gb-Agosto, 1970

MYAA/vgc

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

com o Dr. Durmeval Trigueiro Mendes, ex-Coordenador dos CROSE

1. Assunto: Constituição dos CROSE

Informação: Os primeiros passos para a constituição dos CROSE foram dados mediante um acôrdo firmado entre o Sr. Robert Davée, da UNESCO, e as autoridades educacionais brasileiras, em setembro de 1965.

Pergunta: 1.1 Dispunha o CROSE de um documento contendo os termos do referido acôrdo?

1.2 Posteriormente, quando da constituição dos CROSE, foi assinado algum convênio entre o INEP e a UNESCO?

2. Assunto: Coordenação dos CROSE

Informação: Segundo o projeto inicial, a unidade do grupo CROSE, integrado por especialistas que já desempenhavam missões específicas no Brasil, era assegurada mediante a coordenação de um técnico brasileiro. Entretanto, de acôrdo com os termos de um ofício do chefe da missão da UNESCO no Brasil, Dr. John Howe, ao Diretor do INEP, os técnicos da UNESCO deviam conservar plena autonomia de ação, dentro dos limites de sua missão.

Pergunta-se: 2.1 O conjunto das atividades que corresponderam às idéias dos CROSE esteve efetivamente sujeito à coordenação central?

2.2 Pode-se afirmar, neste sentido, que os CROSE mantiveram uma unidade de ação bem definida?

3. Assunto: Relação do grupo CROSE/UNESCO com o grupo MEC/USAID

Informação: Em documentos da 1ª fase dos CROSE, percebe-se uma perplexidade dos técnicos da UNESCO em face da presença simultânea de uma missão da USAID junto ao MEC. Sentia-se a falta de uma definição das respectivas áreas de competência.

Pergunta-se: 3.1 Em que termos se delinearão posteriormente as respectivas competências?

3.2 Houve sucesso nas tentativas de coordenar as duas missões, sobretudo na medida em que refletiam divisões de trabalho no interior do próprio INEP?

4. Assunto: Subordinação dos CROSE ao INEP

4. Assunto: Subordinação dos CEOSE ao INEP

Informação: Os CEOSE, constituídos como serviços de Assistência técnica do INEP, ampliaram constantemente as suas áreas de atuação e coordenaram-se com diversos órgãos centrais e regionais (IPEA, SUDENE, SUDESUL, FUNDEPAR, etc). O Prof. J. Torfs refere-se por diversas vezes ao "grupo CEOSE-IPEA" e propõe a criação de um grupo misto para a coordenação da assistência técnica (GATE). O Dr. Durmeval propôs igualmente projeto análogo.

Pergunta-se: 4.1: Pode-se afirmar sem inexatidão que os CEOSE foram um serviço de Assist. Técnica do INEP?

4.2: O grupo CEOSE chegou progressivamente à opinião que o programa de trabalho que se propunha não podia ser controlado exclusivamente pelo INEP?

4.3 Neste sentido, a criação do SAT no interior do INEP não representava, de certo modo, do abandono da idéia dos CEOSE?

5. Assunto: Recursos financeiros

Informação: Parece que os CEOSE tiveram constantemente dificuldades financeiras. Muitas atividades programadas foram adiadas ou canceladas. Em particular, o I Ciclo de Estudos de Planejamento Educacional, planejado desde 1967.

Pergunta-se: 5.1 A realização dos CEOSE dependia exclusivamente de recursos do INEP?

5.2 Como se explica a não liberação de verba para um programa que já deveria ter sido aprovado pelo INEP?

6. Assunto: Declínio dos CEOSE

Informação: Em fins de 1967 começamos a perceber já uma diminuição das atividades dos CEOSE. Em abril de 1968 os técnicos da UNESCO encaminham à Coordenação seus relatórios. Logo depois se afastam. Seus sucessores parecem desempenhar apenas tarefas especializadas: parece abandonado o projeto CEOSE. Tanto que na programação feita para 1969 o Coordenador propõe a reestruturação da equipe.

Pergunta-se: 6.1 As mudanças ocorridas explicam-se por uma alteração da política seguida pelo MEC?

6.2 A que se deve a substituição operada no pessoal da UNESCO e a mudança no caráter de suas atividades?

7. Assunto: Metodologia de trabalho

Informação: O planejamento dos CEOSE era bastante cuidadoso. Sente-se entretanto falta de relatórios mais pormenorizados dos Colóquios, com especificação das técnicas utilizadas.

Pergunta-se: Não dispunham os CEOSE de atas ou agendas com tal finalidade? (7.1)

- 7.2 A equipe realizava periodicamente reuniões para avaliação dos resultados e revisão dos métodos?
- 7.3 Os documentos que resultavam dos Colóquios eram analisados e debatidos por toda a equipe?

8. Assunto: Publicação de documentos

Informação: Vários documentos elaborados pela equipe CEOSE foram publicados em diferentes periódicos. Não foi ainda encontrada uma pasta pertencente ao Arquivo dos CEOSE, contendo relatórios finais de quatro Estados, pronta para publicação.

Pergunta-se: 8.1 A Coordenação recebia comunicação oficial da publicação de qualquer trabalho produzido pelos membros da Equipe dentro do programa CEOSE?

- 8.2 Seria possível elaborar uma lista completa dos trabalhos já publicados?
- 8.3 Qual é o conteúdo exato da pasta que se destinava à publicação?
- 8.4 Existe outro exemplar da mesma?

+++++

Equipe: Diva Moura Diniz Costa
Maria Yvonne Atalecio de Araujo
Newton de Araujo Queiroz

Rio, agosto 1970

Origens da EATEP

(Equipe de Assistência Técnica ao Ensino Primário)

A criação de uma assistência técnica sistematizada foi ~~uma~~ decorrência natural de um dos objetivos específicos do INEP, ~~e sabem:~~

- 11 e) Prestar assistência técnica aos serviços estaduais, municipais e particulares de educação, ministrando-lhes, mediante consulta ou independentemente desta, esclarecimentos e soluções sobre os problemas pedagógicos. " o ato?"

O convênio assinado pelo MEC ^{INEP,} (por intermédio do INEP) o CONTAP e a USAID, em 1º de novembro de 1966, deu origem a um desses grupos que se denominou Equipe de Assistência Técnica ao Ensino Primário (EATEP).

Esta equipe, constituída por seis educadores brasileiros e seis educadores americanos da Universidade do Estado de Nova York, trabalhou no período de agosto de 1966 a dezembro de 1967, tendo as finalidades específicas de:

1. Identificar as causas da evasão e repetência nas escolas primárias do Brasil e
2. Elaborar planos de ação específicos para a remoção dessas causas e assistir as autoridades educacionais competentes na execução desses planos a fim de promover rápido aumento do fluxo de alunos pelo sistema escolar primário.

Uma segunda responsabilidade da equipe seria prestar assistência a autoridades estaduais no que tange à elaboração e execução de planos de reforma nas estruturas administrativas das Secretarias de Educação com vistas ao ensino primário (anexos 1 e 2).

ANEXOS 1 e 2

ATIVIDADES

As atividades da EATEP podem ser divididas em duas fases: ~~ben~~ ~~marcadas:~~

A primeira, concluída em dezembro de 1967, diz respeito à análise e estudo dos fenômenos da evasão e repetência na escola primária.

A segunda, iniciada em janeiro de 1968, já com três educadores brasileiros, marcou o início ao implemento do plano estudado e elaborado nos anos anteriores.

Assim, a equipe abriu várias frentes de trabalho necessárias à renovação do sistema escolar primário, tais como:

1. Semanas de estudo, em várias capitais, para a conscientização das elites dirigentes brasileiras sobre o problema da evasão e repetência.
2. Implemento de um Plano-Pilôto, em Recife e Vitória, a fim de que se testassem as hipóteses levantadas sobre as causas de evasão e repetência.
3. Organização de instrumentos válidos para o implemento da promoção progressiva, tais como:
 - a) organização e preenchimento da ficha de avaliação do sistema de ensino primário;
 - b) organização e preenchimento de fichas de acompanhamento do aluno;
 - c) organização e aplicação do teste-diagnóstico para identificação das dificuldades da criança, ao início da aprendizagem;
 - d) organização dos testes estandartizados a fim de se avaliar o rendimento do sistema de ensino primário.
4. Tomada de outras medidas necessárias, conforme se poderá ver no ^{ANEXO} anexo 3.

MÉTODO DE TRABALHO

O método de trabalho da EATEP desenvolveu-se em bases de uma assistência direta a alguns Estados (Pernambuco, Espírito Santo e Rio Grande do Sul) analisando-lhes o sistema escolar primário através da ficha de avaliação do sistema escolar primário, propondo medidas de melhoria, criação de instrumentos necessários à consecução de melhores resultados.

Por outro lado, desenvolveu-se um tipo de assistência indireta, através de contatos pessoais, material distribuído, correspondência, consultoria, etc.

Para maior conhecimento de tudo que foi feito, a EATEP elaborou um relatório das atividades realizadas em 1968 (anexo ^{ANEXO 9} 9), bem como um programa de ação para 1969, (anexo ^{ANEXO 10} 10) com o cronograma das atividades em vista.

Em linhas gerais, as atividades de 1968 dizem respeito à programação feita em fins de 1967, com implemento de pesquisas, testes, projetos, produção de material, semanas de estudo, etc. (anexo ^{ANEXO 10} 10).

O programa de atividades para 1969 visava à continuação do que já fôra iniciado, numa seqüência natural dos trabalhos, ao mesmo tempo que se programavam (ver cronogramas no ^{ANEXO 11} anexo 11) novas medidas relacionadas com a problemática do 1º ano e extensão para as classes de 2º ano.

Havendo sido extinta a EATEP em 25 de novembro de 1968, "considerando-se que ela procedera à discussão e divulgação dos estudos e experiências realizados em decorrência do aludido convênio", recolheram-se as verbas que lhe eram destinadas.

Alguns projetos, já iniciados, prosseguiram ^{na sem} independentemente ^{EATEP extinta} da orientação e supervisão da equipe que se afastou em definitivo dessa atividade. Esses projetos referem-se:

- Ao Plano Pilôto em Pernambuco e Espírito Santo;
- à organização das fichas de avaliação do Sistema escolar primário do Rio Grande do Sul.

A pesquisa, inicialmente, deveria implantar o uso de registro individual cumulativo de cada aluno. Por outro lado, o professor conscientizado para o problema da evasão iria responsabilizar-se pelo registro sistêmico das evasões e, assim, seria criada uma política educacional válida para reduzir a deserção escolar.

Outros projetos ~~ao contrário~~, foram interrompidos ou abandonados, como por exemplo:

- O estudo do teste-diagnóstico, delegando-se à Universidade de Minas Gerais o tratamento estatístico e a análise de resultados;
- distribuição do livreto sôbre o projeto inicial da EATEP e outros.

Analisando-se mais detidamente o Plano Pilôto - o projeto de maior responsabilidade da EATEP - há que se considerar certos aspectos que limitaram, ou melhor, interromperam a atuação da equipe, impossibilitando-a de concluir a pesquisa.

O caráter operacional do trabalho, embora inspirado em princípios válidos, carecem do dinamismo que lhe era essencial, das reestruturacões contínuas a que o plano deveria ser submetido, de acôrdo com as avaliações a serem efetuadas.

Com a extinção da Equipe, ^{suspensão de} extinguiu-se também o contato do grupo dessa Assistência Técnica com os Estados, envolvidos na pesquisa, não se tomando aquelas medidas adequadas ao desenvolvimento do plano, nem havendo oportunidades para as avaliações e modificações que se fizessem necessárias.

O papel normativo da equipe, a competência técnica, a cooperação, as avaliações em consonância com os objetivos propostos, tudo enfim que constituía a assessoria, falhou no momento crucial, ficando os grupos estaduais acéfalos, reproduzindo, algumas vêzes, apenas o que ficara no papel, no plano escrito e outras vêzes, nem isso. Não houve, pois, estudo de levantamentos, registros, observações sôbre o plano incipiente nem sequer elaborou a equipe aquêles instrumentos ^{limitados} cuja ~~necessidade haveria de~~ ^{os desenvolvimentos} ~~se~~ tirar ~~a medida que se desenvolvessem~~ as atividades do projeto.

Num balanço final do programa da EATEP, pode-se afirmar que a pesquisa em Pernambuco reduziu-se a uma "tentativa de Racionalização da Supervisão". No Espírito Santo, menos ainda pôde ser feito, elaborando-se apenas um programa (um guia de ensino) uma vez que o anterior datava da década de 40. Já no Rio Grande do Sul, a pesquisa limitou-se à organização e preenchimento das fichas de análise do sistema; (da capital) trabalho este já terminado e publicado em ...

No entanto, a pesquisa, se concluída fôsse, contaria com um registro (descrição analítica) de todo o projeto, ressaltando, tanto em Pernambuco quanto no Espírito Santo, os seguintes pontos:

Aspectos da mudança operada e de como se conseguiu tal mudança
Avaliação do plano, apresentando-se seus aspectos válidos que se integrariam no sistema comum de ensino primário.

Publicação da pesquisa a fim de divulgar as idéias desenvolvidas.

Este estudo das mudanças operadas e dos recursos válidos seria usado de diferentes modos a fim de:

- a) evidenciar a eficácia de certos princípios;
- b) mostrar que diversos caminhos podem levar à consecução de objetivos importantes sob circunstâncias variadas;
- c) definir problemas que necessitam de atenção especial.

Tal pesquisa necessitaria de cinco anos (como foi prevista) e quaisquer pronunciamentos ou avaliações seriam prematuros, antes de tal prazo.

Newton Queiroz

Diva de Moura Diniz Costa

Selma Mathias de Castro Magalhães

Aurélia Sampaio Leite

Maria Yvonne Atalécio de Araújo (relatora)

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

EM EDUCAÇÃO

1. CRIAÇÃO E OBJETIVOS

Embora criado em 1965, o Programa de Assistência Técnica em Educação (P.A.T.E.) é continuação do Programa de Assistência Educacional aos Estados do Norte e Nordeste ^{que} existente anteriormente, do qual herdou a orientação geral e a Direção.

O Programa de Assistência Educacional aos Estados do Norte e Nordeste, teve sua origem em uma iniciativa da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, em outubro de 1962, por ocasião da aplicação de verba federal destinada ao "Programa de Emergência do Estado" (Dec. 51 552 de 26-9-62) tendo como base as seguintes considerações:

1 - O caráter supletivo atribuído pela LDB à atuação do MEC na Educação Nacional, limitando-a essencialmente à assistência técnica e ao financiamento parcial da educação nos Estados.

2 - A incapacidade técnica e financeira dos Estados do Norte e Nordeste em organizar seus sistemas de Ensino dentro das novas diretrizes educacionais.

3 - A consciência da necessidade de um esforço de homogeneização de recursos e meios na Educação Brasileira, consciência que finalmente se objetivou na doação de parte dos recursos do Programa de Emergência destinados a São Paulo, para os Estados do Nordeste.

A idéia de criar um programa de Assistência Técnica para aplicação de tais recursos teve apoio do Ministro de Educação e do Governo de São Paulo; foi entregue a Coordenação de CRPESP que dotou como objetivo inicial desenvolver programas de aperfeiçoamento de professores titulados e treinamento de professores e leigos a serem colocados em prática nos Estados.

A execução de tais programas foi entregue a equipes de técnicos previamente preparadas, e os Estados inicialmente escolhidos foram Sergipe, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas.

Embora tendo obtido êxito nos primeiros anos de atuação e tendo sido seus serviços muito solicitados pelos Estados, em 1964, por desistência de alguns membros, as equipes diminuíram sua atuação, assis-
tindo apenas os Estados de Sergipe, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Amazonas e Território Federal de Amapá.

Em compensação, ampliou-se seu campo de ação e, em resposta à solicitação de alguns Estados, passaram as equipes a fazer os seguintes trabalhos:

- a) No Rio Grande do Norte: levantamento completo das condições materiais e humanas das escolas primárias, em consequência de que foi feita a divisão do Estado em regiões escolares e foi possível a criação e instalação de inspetorias regionais em todo o Estado.
- b) Em Sergipe: assessoria geral ao Secretário da Educação do Estado, tendo sido planejado o primeiro concurso de provas para ingresso no Magistério Primário.
- c) No Amapá: responsabilidade de Administração do Ensino tendo estabelecido normas legais para a contratação., e remoção de professores, elaborado um regimento interno para grupos escolares, efetuado levantamento completo de pessoal do ensino, dos prédios escolares, organizado e dirigido classes experimentais de alfabetização onde se demonstrou a possibilidade de reduzir o processo de alfabetização de três anos (como era anteriormente) para um ano.

A partir de então foram ampliados também formalmente os objetivos do P.A.T.E., que passou a ajudar nas Reformas administrativas de Educação e Elaboração dos Sistemas do Ensino Estaduais.

2. ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS EMPREGADOS

~~No que diz respeito aos seus objetivos iniciais o P.A.T.E. nada mais foi do que uma continuação ou complementação de outros programas do MEC, como o P.A.B.A.E.E., os quais sempre tiveram como objetivo o aperfeiçoamento do magistério primário, especialmente a recuperação do professorado leter. A inovação está no método empregado. Em lugar~~

de fornecer bolsas e organizar cursos interestaduais para professores, e P.A.T.E. formou equipes de técnicos e os fez atuar nos próprios Estados com uma coordenação única.

Tais equipes eram subordinadas administrativamente ao Secretário de Educação do Estado e funcionalmente à coordenação do Programa em São Paulo. Atuaram sob acordo entre as duas entidades mencionadas por um período de um ano renovável conforme pedido e disponibilidade de quadros. A experiência de uma equipe anterior era sistematicamente considerada pelas equipes seguintes, para não haver queda de continuidade no trabalho.

A escolha dos Estados para a Assistência Técnica do Programa seguiu critério de prioridade segundo o grau de deficiência de pessoal qualificado.

Eram atendidos prioritariamente pedidos referentes a trabalho de planejamento e implantação de reformas.

Todo trabalho das equipes nos Estados era precedido de levantamento e diagnóstico da situação educacional.

O aproveitamento da assistência técnica fornecida era apreciado no fim de cada período, sendo aquela suspensa no caso de sub-aproveitamento.

Estruturação das Equipes

Os técnicos que integravam as equipes de Assistência Técnica aos Estados eram ^{inicialmente} recrutados de forma a abrangerem as seguintes categorias:

A - Pessoal habilitado para as tarefas técnicas e docentes relativas à supervisão e orientação do ensino primário.

B - Pessoal habilitado para as tarefas técnicas e docentes referentes à administração do ensino primário e médio.

C - Pessoal habilitado para colaborar no planejamento e implantação de reformas de órgãos e serviços e da elaboração de Planos Estaduais de Educação.

Os técnicos das duas primeiras ^{compunham} ~~compõem~~ as equipes permanentes e os técnicos da categoria C ^{eram} ~~são~~ recrutados para trabalhos especiais.

A seleção era feita através de entrevistas e provas eliminatórias (pág. 7 - Relatório) e os escolhidos eram submetidos a treinamento especial durante um mês, incluindo sobretudo a experiência de equipes anteriores e os seguintes assuntos gerais: a) organização e administração do ensino; b) conceituação da educação primária; c) planejamento educacional; d) formação, treinamento e aperfeiçoamento do Magistério Primário. ^{A partir de 1965, uma nova orientação foi introduzida na seleção e preparação dos membros das equipes, passou a ser desta}
 A flexibilidade ~~era~~ ^{este} critério fundamental na preparação ~~das~~ ^{das} equipes: uma formação geral básica era sempre preferível à especialização estreita, tendo em vista as circunstâncias de primarismo tecnológico da Educação nos Estados.

Contrôle: O controle funcional das equipes nos Estados era feito por uma equipe de técnicos atuantes junto a Coordenação no CRPESP, em São Paulo, através de relatórios feitos pelos membros da Equipe e visitas aos Estados efetuadas pelos membros da Coordenação Técnica.

3. B - JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DOS MÉTODOS

Para os organizadores do P.A.T.E. os métodos escolhidos apresentam as seguintes vantagens:

- 1 - Não retirar as professoras do seu local de trabalho;
- 2 - maior intimidade da equipe de orientadores com problemas e condições de ambiente de trabalho dos professores treinados;
- 3 - o pessoal das equipes não apresentava reivindicações financeiras;
- 4 - o pessoal das equipes dispunha-se a fazer qualquer trabalho, em qualquer lugar, podendo assim ampliar o objetivo de seu trabalho e complementá-lo de modo mais seguro;
- 5 - maior aceitação por parte das Secretarias estaduais em relação à orientação técnica federal, não só pela presença dos técnicos nos Estados mas pelo fato de lhes serem eles subordinados administrativamente e como tais incapazes de manterem urgência na sua administração.

4.3 - DIFICULDADES

As dificuldades encontradas pela organização do Programa e pelas equipes foram essencialmente:

- 1 - Dificuldade de discernir, antes do envio das equipes, as verdadeiras necessidades dos Estados, de vez que elas próprias não as souberam definir por falta de instrumentos técnicos adequados, tais como levantamentos estatísticos, técnicas de avaliação aplicáveis aos problemas administrativos e da organização do ensino, etc. Procurou-se contornar tal dificuldade diversificando o potencial técnico dos componentes das equipes, como foi dito anteriormente.
- 2 - Dificuldade de coordenar os dois comandos, funcional e administrativo das equipes emanadoras de diferentes autoridades. Essa dificuldade foi satisfatoriamente contornada graças ao preparo ¹ do membro das equipes.
- 3 - Intervenção da política local acrescida pelo nível técnico muito baixo das organizações administrativas e educacionais locais.

Nota: - Maiores esclarecimentos em documento anexo nº 11 ANEXO nº 11

ASL/vgc

Agosto de 1970

SUGESTÕES PARA A ORGANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA
dentro da atual estrutura do INEP

(Estudos Preliminares)

Objetivos

A assistência técnica prestada pelo INEP aos Estados deve levar em conta os objetivos do Órgão e, como tal, deve limitar-se unicamente às técnicas, organização e planejamento de pesquisas, ^{Técnicas} deverá ter a seu serviço todos os técnicos do INEP em sistema de rodízio e deve ter uma estrutura mais leve e flexível, ^{leve} possível, tendo em vista a necessidade de movimento exigida pelo trabalho, e o melhor aproveitamento dos técnicos. Sugestões para o funcionamento e estrutura.

A assistência técnica poderia ser coordenada por um núcleo, dentro da Assessoria Técnica que teria por atribuições:

- 1 - receber da comissão de programas os pedidos aprovados dos Estados;
- 2 - manter um fichário atualizado dos técnicos do INEP que poderiam contribuir nesse trabalho, contendo sua movimentação dentro do INEP;
- 3 - reunir êsses técnicos em grupos tarefas, visando atender o pedido de A.T.;
- 4 - fornecer material e serviço necessários ao funcionamento dêsses grupos;
- 5 - manter êsses grupos informados sôbre as atividades do INEP;
- 6 - fornecer à Comissão de Programas as informações necessárias ao contrôle geral da A.T. e subsídios para planejamento anual;
- 7 - manter, durante a atuação do grupo tarefa, documentação sôbre sua atuação.

Caberá à Comissão de Programas analisar e decidir sôbre a possibilidade da concessão de A.T. e planejar as atividades de A.T. do INEP.

P.S. - Os técnicos dos Centros regionais poderão formar seus grupos tarefas, convocados pela assessoria do INEP.